

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.637 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 2003

Líderes se reúnem amanhã para escolher dirigentes de comissões

Na reunião, prevista para as 11h, deve ser definido também o número de cadeiras a que cada partido ou bloco parlamentar tem direito. Com base na decisão, órgãos permanentes do Senado elege seus presidentes e vice-presidentes na quarta-feira, dia 19, depois da ordem do dia do Plenário.

PÁGINA 3



Gerardo Magela

Na nova rodada de negociações, prevista para amanhã, os líderes partidários prosseguem os entendimentos que começaram na segunda-feira passada, com a participação do presidente do Senado

Paulo Octávio é contra projeto que flexibiliza a CLT

PÁGINA 2



Célio Azevedo

Paulo Octávio: mudança só com salários dignos

Mão Santa: emprego deve suceder ao Fome Zero

PÁGINA 2



Célio Azevedo

Mão Santa: incentivos à geração de empregos nos municípios

Tião Viana propõe novas regras para recursos da saúde pública

PÁGINA 4



Rosevelt Pinheiro

Viana quer aplicação de verbas avaliada por conselhos

Paulo Octávio: reforma da CLT depende de salário digno

Senador afirma que texto atual garante “um mínimo de condições ao trabalhador” e só deve ser alterado quando a remuneração melhorar

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) somente deve ser modificada quando os trabalhadores brasileiros tiverem salários mais dignos. A opinião foi manifestada pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF), empresário dos ramos imobiliário e hoteleiro, em entrevista à Agência Senado.

O senador disse que, quando deputado federal, foi contra a reforma da CLT, por entender que o texto em vigor garante um mínimo de condições ao trabalhador brasileiro, que, na sua opinião, ganha “muito mal”. Para o tema entrar em pauta, segundo Paulo Octávio, é preciso que o salário mínimo corresponda a algo em torno de 100 dólares.

Quanto às reformas previdenciária e tributária, o senador defendeu o entendimento de que elas têm de ser encaminhadas “com o sentido de valorizar a geração de empregos”, que é, em sua avaliação, o grande desafio do país.

PARTIDOS FORTES

A reforma política foi defendida por Paulo Octávio. Segundo ele, enquanto houver o troca-tro-



Paulo Octávio considera importante o fortalecimento dos partidos políticos

ca de partido, o Brasil não terá agremiações partidárias fortes.

– Os partidos elegem um grande número de parlamentares, muitas vezes o eleitor vota no programa do partido e depois é traído, o que cria uma enorme desconfiança em relação à classe política – observou.

Paulo Octávio destacou que a reforma política é uma bandeira do PFL, que luta pelo fortalecimento dos partidos e pela fidelidade partidária.

– Os partidos apresentam propostas, dogmas, filosofias, projetos, ideário. Para termos uma de-

mocracia forte, os partidos devem ser mais fortes, consolidados e respeitados. Às vezes, infelizmente, o eleitor vota nos nomes e se esquece um pouco do partido. O eleitor precisa estar consciente de que, ao votar num candidato de um partido, está votando nos ideais do partido, no que ele acredita – frisou.

Para Paulo Octávio, há hoje, no país, partidos demais, alguns dos quais ninguém conhece. “A pulverização dos partidos não ajuda em nada”, afirmou.

BRASÍLIA

O senador informou que, durante o seu mandato, trabalhará em defesa de Brasília, dando continuidade à atuação que teve na Câmara dos Deputados. Ele sustenta que é preciso consolidar Brasília como capital de todos, sede dos órgãos públicos federais e motivo de orgulho dos brasileiros.

– O brasileiro tem que sentir a capital como símbolo do país. Deve haver motivação para conhecer Brasília a partir de uma visão cívica, conhecer como funciona o governo – disse Paulo Octávio, ressaltando que a grande vitória de seu último mandato foi a aprovação do Fundo de Participação do Distrito Federal.

Mão Santa pede geração de empregos junto com Fome Zero

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu que medidas emergenciais de combate à miséria, como o programa Fome Zero, lançado nos municípios piauienses de Guaribas e Acauã, sejam temporárias e substituídas por programas estruturais.

Ele referiu-se particularmente a um programa de crédito que vise à geração de empregos por meio de incentivos à criação de pequenas empresas e negócios.

Mão Santa lembrou ter criado programas de alimentação similares ao do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sua gestão como governador do Piauí (1995-2001), destacando o Sopa na Mão, que distribuía cerca de 30 mil pratos de sopa para a população carente, mas observou que também adotou me-



Mão Santa defende incentivo a pequenas empresas e negócios

das de combate ao desemprego.

– Ao mesmo tempo em que adotamos planos de emergência para saciar a fome do povo, tínhamos a preocupação de gerar emprego e renda, investindo em cursos profissionalizantes e estimulando a montagem de pequenos negócios – enfatizou.

O senador ressaltou ainda que vai defender que o governo federal condicione a liberação de verbas para os municípios à criação de projetos locais de enfrentamento da miséria e da pobreza. “Os prefeitos que comprovassem estar integrados com a Presidência da República no combate à exclusão social e ao desemprego receberiam incentivos, como recursos e obras para seus municípios”, concluiu.

Estados e municípios buscam equilíbrio fiscal, diz Mozarildo

A ideia de que os estados e municípios não se adaptaram à Lei de Responsabilidade Fiscal precisa ser revista, disse o líder do PPS no Senado, Mozarildo Cavalcanti (RR). Segundo ele, a real causa do desequilíbrio nas contas públicas é a má distribuição do dinheiro arrecadado pela União.

Mozarildo lembrou que somente 47% do total da arrecadação de impostos federais voltam aos estados e municípios, que, na sua avaliação, têm feito grande esforço para equilibrar suas contas. O parlamentar acredita que o fato de 20 estados terem se adaptado à Lei de Responsabilidade Fiscal é uma prova disso.

Com base em recentes pesquisas

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o senador afirmou ainda que a maioria dos municípios obteve superávit fiscal e primário. Esse fato, segundo Mozarildo, contraria a ideia de má gestão por parte dos governos locais.

– Dá a impressão de que o governo federal

tem dinheiro e os estados e municípios aplicam mal, que não sabem gerir, quando na verdade constatamos que os municípios geraram tanto superávit primário quanto fiscal, enquanto, por exemplo, a União não gerou. Ao mesmo tempo, vê-se que as grandes distorções da economia foram realmente geradas pelo governo federal – disse o senador.



Mozarildo aponta má distribuição dos recursos da União

Proposta de flexibilização está na CCJ

O Projeto de Lei nº 134/2001, que altera o artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 4 de dezembro de 2001, com 264 votos a favor, 213 contra e duas abstenções. Desde dezembro daquele ano tramita no Se-

nado Federal, tendo sua votação obstruída três vezes pelos parlamentares contrários ao texto. Em abril de 2002, o então presidente Fernando Henrique Cardoso retirou o pedido de urgência na tramitação do projeto para negociar a aprovação da prorrogação da CPMF. O projeto encontra-se

na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo projeto, as negociações coletivas podem prevalecer sobre a legislação trabalhista, mas não podem contrariar a Constituição e as legislações previdenciária, tributária e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessaenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado elegerá corregedor e Conselho de Ética este mês

O novo corregedor do Senado e os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deverão ser eleitos pelo Plenário nos primeiros dias da sessão legislativa que será aberta no próximo dia 17. A informação foi prestada na sexta-feira pelo secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro. A secretaria já elaborou uma agenda das indicações e eleições para os conselhos e órgãos, que, a exemplo das comissões permanentes, terão nova composição a partir do cálculo da proporcionalidade partidária.

A corregedoria do Senado é constituída de um corregedor e de três corregedores substitutos, que serão eleitos na forma pela qual são escolhidos os demais membros da Comissão Diretora. O corregedor deve promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no Senado, fazer cumprir determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa da Casa, supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar, e ainda fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado, envolvendo senadores.



Raimundo Carreiro: secretaria elaborou agenda de indicações e eleições para conselhos

O corregedor, de acordo com resolução sobre o assunto, poderá baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito do Senado. Em caso de delito cometido por senador nos edifícios do Senado, caberá ao corregedor presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

Já o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve zelar pela observância das normas do Código e do Regimento Interno, "atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar". O órgão é composto por 15 titulares e 15 suplentes, eleitos para mandato de dois anos.

Alguns órgãos dependem da indicação de lideranças

Alguns órgãos do Parlamento somente poderão ter sua composição definida após a indicação dos líderes da maioria e da minoria. A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, por exemplo, é integrada pelos líderes da maioria e da minoria no Senado e na Câmara e pelos presidentes das Comissões de Relações Exteriores (CREs) das duas Casas.

Os presidentes das CREs também participam, na condição de membros natos, da representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que tem 16 titulares e 16 suplentes, designados para mandato de dois anos pelas lideranças. Essa representação deve, entre outras atribuições, apresentar relatório sobre todas as matérias de interesse do Mercosul submetidas ao Congresso Nacional.

Já o Conselho da República, órgão superior de consulta do presidente da República, é formado pelos presidentes da Câmara e do Senado, pelos líderes da maioria e da minoria nas duas Casas, por

dois cidadãos eleitos pelo Senado e por outros dois cidadãos eleitos pela Câmara. Esse conselho deve pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, e ainda sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas. Os líderes da minoria e da maioria nas duas Casas também integram o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Outros dois conselhos estão anotados na agenda da Secretaria Geral da Mesa. O primeiro, do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro, destinado a agradecer pessoa que tenha oferecido contribuição relevante para a causa da educação brasileira, integrado pelo presidente do Congresso e por cinco membros por ele indicados.

O segundo é o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, destinado a agradecer mulheres que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões do gênero, formado por um representante de cada partido político.

Líderes escolhem amanhã presidentes das comissões

Na mesma reunião, será definido o número de cadeiras a que cada partido ou bloco terá direito nesses colegiados

Os líderes dos partidos e blocos parlamentares reúnem-se amanhã, às 11h, para escolher os dirigentes das comissões permanentes do Senado. Com base nas decisões das lideranças, as comissões devem eleger, no próximo dia 19, após a ordem do dia do Plenário – por volta das 17h –, os presidentes e vice-presidentes desses colegiados.

Na reunião de amanhã também será definido o número de cadeiras nas comissões a que cada partido ou bloco tem direito. Depois da reunião, as respectivas lideranças dos partidos deverão, levando em consideração a vocação e o interesse do parlamentar pelos temas tratados nos colegiados, indicar os representantes das agremiações para as vagas de titulares e suplentes nas comissões permanentes. Não serão discutidos ainda os nomes a serem indicados para a presidência e a vice-presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e para a Corregedoria do Senado Federal.

O cálculo da proporcionalidade da representação partidária também servirá para definir o número de vagas a que cada partido tem direito nas comissões formadas para análise de parte das 91 medidas provisórias (MPs) em tramitação no Congresso Nacional. As medidas que dizem respeito a créditos orçamentários são analisadas pela Comissão Mista de Orçamento. Até o momento, o governo Luiz Inácio Lula da Silva editou quatro medidas provisórias.

PLENÁRIO

Realiza-se no dia 18 a primeira sessão do Senado deste ano, que terá caráter não-deliberativo, ou seja, sem pauta de votações. Na sessão, serão lidos os projetos de lei encaminhados à Secretaria Geral da Mesa (SGM) pelos senadores da nova legislatura, além das medidas provisórias editadas durante o período de recesso parlamentar.

No dia 19, o Plenário começa a deliberar sobre matérias prontas para serem incluídas na pauta de votações. As propostas que figurarão na ordem do dia da primeira sessão deliberativa serão es-

Comissões permanentes do Senado	
Estas são as comissões e respectivas subcomissões permanentes:	
CAE - Comissão de Assuntos Econômicos	— Subcomissão de Turismo
CAS - Comissão de Assuntos Sociais	— Subcomissão do Idoso
	— Subcomissão da Exploração do Trabalho e Prostituição Infantil
	— Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano
	— Subcomissão da Saúde
CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	— Subcomissão do Judiciário
CE - Comissão de Educação	— Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática
	— Subcomissão Permanente do Esporte
	— Subcomissão Permanente do Livro
	— Subcomissão de Rádio e TV
CFC - Comissão de Fiscalização e Controle	
CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	
CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	
Comissões mistas	
	— Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
	— Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Outros colegiados permanentes com a participação de senadores são:	
Comissão de Controle das Atividades de Inteligência*	
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	
* Composta pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.	

Lista dos blocos parlamentares e partidos políticos

Bloco/partido	Número de senadores
Bloco de apoio ao governo (PT-PTB-PSB-PL)*	24
PMDB	20
PFL	18
PSDB	12
PDT	4
PPS	3
Total	81
* Bloco criado em 1º de fevereiro de 2003. PT-14; PTB-4; PSB-3; PL-3	

colhidas, com base em critérios regimentais, pelo presidente do Senado, José Sarney, assessorado pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, ouvidas as lideranças dos partidos e do governo.

De acordo com a Secretaria Geral da Mesa, existem 51 proposições, entre propostas de emenda à Constituição, projetos de lei da Câmara e do Senado, projetos de resolução, mensagens presidenciais e requerimentos, em condições de serem incluídas na ordem do dia, além dos projetos de decreto legis-

lativo aprovando a renovação ou outorga de concessões para funcionamento de emissoras de rádio e TV.

A Medida Provisória nº 77, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 18 de dezembro passado, deve constar da pauta da primeira sessão deliberativa, já que, de acordo com as novas regras para tramitação dessas proposições, ela estará bloqueando a pauta de votações do Senado. A MP trata, entre outros assuntos, do alongamento e repactuação de dívidas rurais.

Viana propõe regulamentar verbas destinadas à saúde

Projeto determina que recursos da União sejam ampliados conforme aumento do PIB e estabelece percentuais para estados e municípios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará neste semestre projeto de lei de autoria do senador Tião Viana (PT-AC) que estipula que a União deve aplicar, a cada ano, em ações e serviços de saúde, montante equivalente ao gasto no exercício financeiro anterior, acrescido de percentual correspondente ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB).

O projeto dispõe ainda que, no caso de variação negativa do PIB, o valor global dos gastos com a saúde não poderá ser reduzido.

Em relação aos estados, a proposta estabelece que sejam aplicados em saúde 12% da arrecadação dos impostos, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos municípios. Em relação ao Distrito Federal e municípios, as parcelas para a saúde serão da ordem de 15% da arrecadação dos impostos.

Em sua justificativa, Tião Viana



José Cruz

Tião Viana defende que os Conselhos de Saúde atuem na fiscalização e avaliação dos serviços

explica que a Emenda Constitucional nº 29/2000, que determinou a vinculação de recursos orçamentários para o setor de saúde, precisa de regulamentação que fixe os critérios de rateio dos recursos da União, estados e municípios, bem como as normas de fiscalização financeira, orçamentária e operacional a serem cumpridas pelo Poder Legislativo, nas

três esferas de governo, com o auxílio dos Tribunais de Contas.

O senador também defende que os Conselhos de Saúde – instâncias criadas para controle da execução das políticas de saúde, inclusive em aspectos econômicos e financeiros – tenham papel essencial no sistema de fiscalização e avaliação a ser instituído com a aprovação do projeto de lei.

Raupp defende mudança nas regras para uso de área rural em Rondônia

O estado de Rondônia tem 50% de sua população dedicada às atividades rurais e por isso as regras sobre o uso do solo na região devem ser tratadas de maneira cuidadosa. Essa é a opinião do novo senador pelo estado, Valdir Raupp (PMDB), que informou, em entrevista à Agência Senado, que irá defender a aprovação de projeto que estabeleça mudanças na medida provisória editada pelo governo Fernando Henrique Cardoso sobre o assunto.

A medida provisória, explicou Raupp, elevou de 50% para 80% a área que as propriedades rurais devem destinar para preservação ambiental. De acordo com o senador, esse percentual inviabiliza a atividade de vários pequenos agricultores da região, pois alguns já haviam desmatado área superior ao solicitado e por isso não conseguem obter os financiamentos necessários para a produção.

– Essa é uma questão muito séria para Rondônia, assim como para os estados de Mato Grosso e do Acre, e deverá ser resolvida levando-se em consideração as características e carências econômicas desses lugares – defendeu ele.

Além desse objetivo, Raupp, que deverá integrar a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a Comissão de Educação (CE), disse que irá apoiar propostas que melhorem a infra-estrutura e a educação em seu estado. Uma de suas idéias é a criação de um centro de geração de emprego e renda na capital, Porto Velho, para estimular o desenvolvimento econômico e social. Ele disse que irá utilizar no Senado a experiência que acumulou nas funções de vereador, prefeito e governador de Rondônia.

REFORMAS

Fazendo uma previsão positiva dos trabalhos do Senado para este ano, Raupp disse acreditar na aprovação de todas as reformas



Jone de Araújo

Valdir Raupp quer utilizar no Senado sua experiência como vereador, prefeito e governador

que, em sua opinião, já estão atrasadas.

– O governo Lula não deverá enfrentar oposição à aprovação das reformas tributária, política e previdenciária. Mesmo porque essas reformas vêm sendo defendidas há muito tempo pelo meu partido e por outros que, agora, não deverão mudar suas posições.

Leonel Pavan quer apoio para a indústria do turismo

A linha mestra de atuação parlamentar do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) será o trabalho para que o Brasil tenha uma política efetiva no setor de turismo. Prefeito por três vezes do Balneário Camboriú (SC), o senador pretende apresentar em breve projeto de resolução para criar a comissão permanente do turismo no Senado. Ele considera que, apesar de o turismo ser a maior indústria do mundo, no Brasil ela ainda é incipiente.

– O turismo não é apenas uma função que acaba em si. Ele depende de infra-estrutura, rodovias, segurança, balneabilidade e meio ambiente – declarou.

Em função disso, o parlamentar está mobilizando a sociedade catarinense para pressionar o governo federal a duplicar a BR-470, particularmente no trecho entre Gaspar e Indaial, e o trecho sul da BR-101. Pavan está mantendo contatos com prefeitos dos municípios cortados pelas duas BRs e autoridades de Santa Catarina, para que eles o acompanhem em audiência com o ministro dos Transportes, Anderson Adauto.

O senador lembra que o presidente Fernando Henrique concluiu a duplicação do trecho norte da BR-101, “mas não ficou como deveria porque o projeto era mui-



Geraldo Magela

Mão-de-obra qualificada é essencial para expansão do turismo, diz Leonel Pavan

to antigo, com falhas na sinalização”. De acordo com Pavan, o outro trecho, o sul, que tem um projeto mais moderno, já foi licitado, mas o governo Lula decidiu adiar o início das obras.

– Essa rodovia é o corredor do Mercosul, corredor do turismo do extremo sul para o Brasil. Por ela trafegam os turistas chilenos, uruguaios, argentinos, além dos brasileiros que vêm do sul para São Paulo, Paraná, Goiás, Minas Gerais, dentre outros – afirmou.

Leonel Pavan disse que vai apoiar também o projeto de descentralização do governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, que pretende levar o governo para o interior e promover medidas para evitar o êxodo rural.

Seminário amplia debate sobre reforma da Previdência

A Consultoria Legislativa do Senado e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) realizarão na quinta-feira o seminário “Reforma da previdência do setor público – Os números, os problemas e as alternativas”. O objetivo do evento, conforme seus organizadores, é colocar à disposição dos senadores o acervo que a Casa formou sobre essa matéria, de modo a enriquecer os debates que deverão anteceder a votação da reforma previdenciária.

Os participantes do encontro deverão debater qual o tipo mais apropriado de financiamento da previdência do setor público e a viabilidade de criar um sistema em bases atuariais de longo prazo. Eles deverão debater também se o objetivo da reforma da previdência do setor público deve ser o de buscar o equilíbrio imediato entre receitas e despesas.

O seminário contará com a par-

ticipação do especialista em Direito Administrativo e Previdenciário Gilberto Guerzoni Filho, do consultor legislativo Fernando Meneguim e do professor Ricardo Miranda, que em 1998 assessorou o então senador Beni Veras na relatoria da Emenda Constitucional nº 20, que deu início à reforma da Previdência.

Os promotores do evento anteciparam que o projeto do ILB e da Consultoria Legislativa é de realizar outros seminários – sobre reforma tributária e as exportações brasileiras, por exemplo – à medida que novas matérias forem sendo colocadas na pauta de discussão e votação do Senado.

Durante o seminário será lançado novo número da *Revista de Informação Legislativa*, com artigos sobre as reformas previdenciária e tributária, a criação de novas agências de desenvolvimento, política habitacional, entre outros temas.